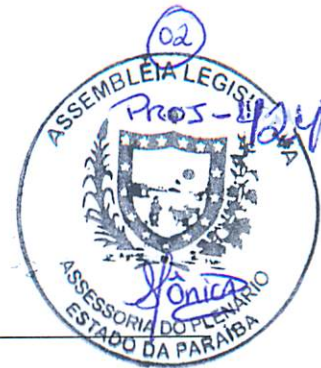


AO EXPEDIENTE
Em 14/05/2019
VISTO



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Estadual Anderson Monteiro



PROJETO DE LEI Nº 424/2019
(Do Dep. Anderson Monteiro)

Dispõe sobre a obrigatoriedade das concessionárias de energia elétrica de publicar, nas faturas mensais dos consumidores, informação sobre o direito de ressarcimento por eventuais prejuízos causados aos consumidores por falha no fornecimento de energia elétrica.

A Assembleia Legislativa resolve:

Art. 1º - As empresas concessionárias de serviço público fornecedoras de energia elétrica, no Estado da Paraíba, ficam obrigadas a publicar, nas faturas mensais dos consumidores, informação sobre o direito de ressarcimento em caso de prejuízo decorrente de falta, queda ou aumento da tensão da energia elétrica.

§ 1º - A mensagem de que trata o caput deverá ser redigida nos seguintes termos: É seu direito ser restituído por eventuais prejuízos causados por falhas no fornecimento de energia.

§ 2º - A publicação de que trata o caput deste artigo deve ser efetuada mensalmente.

Art. 2º - As empresas concessionárias deverão se adequar aos preceitos desta Lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/05/2019

DEP. ANDERSON MONTEIRO
Deputado Estadual



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Estadual Anderson Monteiro



JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei em exame visa obrigar as concessionárias de energia elétrica de publicar, nas faturas mensais dos consumidores, informação sobre o direito de ressarcimento por eventuais prejuízos causados aos consumidores por falha no fornecimento de energia elétrica.

Apesar da existência da Resolução Normativa ANEEL nº 167 de 10/10/2005, que estabelece a restituição por eventuais prejuízos causados por falhas no fornecimento de energia. Uma parte significativa da população desconhece este direito do consumidor.

Desta feita, por entender que a presente matéria apresenta conteúdo de suma relevância e de elevado alcance social, é que submeto este projeto de Lei à apreciação dos Excelentíssimos Senhores Deputados desta Casa Legislativa para fins de tramitação e aprovação na forme regimental.

Sala das Sessões, em 03/05/2019

DEP. ANDERSON MONTEIRO
Deputado Estadual